

INSTITUTO ODEON

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Maio de 2016.

CONTEÚDO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES23

QUADRO I

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	R\$			PASSIVO	R\$		
	Nota explicativa nº	31/12/2015	31/12/2014 Ajustado		Nota explicativa nº	31/12/2015	31/12/2014 Ajustado
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.886.458	8.744.005	Fornecedores		433.861	16.582
Outros ativos circulantes		2.635	79.839	Obrigações sociais e trabalhistas	6	1.043.523	722.571
		10.889.093	8.823.844	Obrigações tributárias	7	395.647	227.311
				Recursos de parcerias e convênios	8	7.557.216	7.268.067
Não Circulante				Outros passivos circulantes		2.972	1.172
Imobilizado	4	50.625.836	53.204.817			9.433.219	8.235.703
		50.625.836	53.204.817	Não Circulante			
				Contrato de Gestão - Imobilizado com restrição	4	50.615.196	53.194.177
				Provisões para indenizações e contingências	9	1.021.775	483.845
						51.636.971	53.678.022
				Patrimônio Líquido	10		
				Patrimônio social		298.270	160.029
				Superávit (déficit) exercício		146.469	(45.093)
						444.739	114.936
TOTAL DO ATIVO		61.514.929	62.028.661	TOTAL DO PASSIVO		61.514.929	62.028.661

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações financeiras

QUADRO II

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

		R\$	
	Nota explicativa nº	2015	2014 Ajustado
RECEITA BRUTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Coordenação e captação de projetos	14	258.999	2.865
Outras receitas		-	14.996
Descontos obtidos		-	84
		258.999	17.945
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
(-) Tributos incidentes sobre a receita bruta		(14.510)	(50)
		(14.510)	(50)
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		244.489	17.895
RECEITAS DE PROJETOS			
Recursos Contrato de Gestão		20.555.260	20.905.756
Recursos Plano Anual		7.355.891	5.536.369
Recurso ICMS		289.485	-
Recurso Projeto Quase Nada		-	38.957
		28.200.636	26.481.082
OUTRAS RECEITAS			
Receitas financeiras, líquidas		28.914	-
		28.914	-
GRATUIDADE			
Gratuidade concedida	18	1.430.888	883.296
		1.430.888	883.296
TOTAL DE RECEITAS		29.904.927	27.382.273
CUSTOS E DESPESAS			
Custos e despesas de prestação de serviços		(126.934)	(87.138)
CUSTOS E DESPESAS DE PROJETOS			
De Contrato de Gestão	15	(20.555.260)	(20.905.755)
Do Plano Anual	16	(7.355.891)	(5.536.369)
De ICMS	17	(289.485)	-
Do Projeto Quase Nada		-	(14.807)
		(28.200.636)	(26.456.931)
GRATUIDADE			
Gratuidade concedida	18	(1.430.888)	(883.296)
		(1.430.888)	(883.296)
TOTAL CUSTOS E DESPESAS		(29.758.458)	(27.427.365)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		146.469	(45.093)

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações financeiras

QUADRO III

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

			R\$	
	Nota explicativa nº	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 dezembro de 2013		160.029	-	160.029
Déficit do exercício		-	(45.093)	(45.093)
Saldos em 31 dezembro de 2014		160.029	(45.093)	114.936
Incorporação do déficit do exercício de 2014 ao Patrimônio social		(45.093)	45.093	-
Ajuste exercício anterior	12	183.334	-	183.334
Superávit do exercício		-	146.469	146.469
Saldos em 31 dezembro de 2015		298.270	146.469	444.739

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações financeiras

QUADRO IV

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM

	R\$	
	31/12/2015	31/12/2014 Ajustado
I) ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do exercício	146.469	(45.093)
Despesas (Receitas) que não afetam o disponível:		
. Depreciação	2.599.921	2.482.704
	2.746.390	2.437.611
Ajuste exercício anterior	183.334	-
Geração operacional	2.929.724	2.437.611
Aumento de outros ativos circulantes	77.204	75.638
Aumento (Redução) de fornecedores	417.279	(455.175)
Aumento de obrigações sociais, trabalhistas, encargos e fiscais	489.288	215.312
Aumento de obrigações com convênio	289.149	722.733
Aumento (Redução) de outros passivos circulantes	1.800	(140)
Aumento (Redução) de outros passivos não circulantes	(2.041.051)	30.359.784
Aumento (Redução) de outros ativos não circulantes	-	51.633
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.163.393	33.407.396
II) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições do ativo imobilizado	(20.940)	(32.842.488)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(20.940)	(32.842.488)
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.142.453	564.908
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.744.005	8.179.097
- Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.886.458	8.744.005
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.142.453	564.908

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Odeon (“Instituto” ou “Entidade”) é uma associação de caráter cultural, sem fins lucrativos, de direito privado, e de interesse social, que tem a missão de promover a cidadania e o desenvolvimento sócio educacional, por meio da realização de projetos culturais de atuação ampla, com os seguintes objetivos sociais:

- I. Promover, gerir e apoiar a conservação e revitalização do patrimônio histórico, cultural e artístico brasileiro;
- II. Realizar a gestão operacional de equipamentos culturais;
- III. Desenvolver projetos, programas e planos que possam promover a gestão e/ou a cogestão de espaços culturais e equipamentos públicos e privados relacionados com os objetivos do Instituto, promovendo a difusão das artes em suas múltiplas manifestações;
- IV. Pesquisar e estudar a arte dramática em suas múltiplas formas e manifestações, por meio de montagens teatrais adultas, infantis, infanto-juvenis, leituras dramáticas e seminários de teatro;
- V. Editar, distribuir e comercializar livros e publicações próprios ou de terceiros, de caráter artístico e cultural;
- VI. Captar recursos destinados a custear as atividades e ações necessárias para o cumprimento das finalidades do Instituto;
- VII. Promover projetos sociais que tenham por objetivo oferecer condições de inserção profissional de jovens carentes, visando especialmente a sua introdução no mercado de trabalho;
- VIII. Apoiar as atividades da "Odeon Companhia Teatral", grupo de teatro a que o Instituto se vincula desde a sua criação; e
- IX. Promover atividades educativas e de formação nas suas áreas de atuação.

Para cumprir seus objetivos, o Instituto poderá firmar convênios, contratos de gestão, termos de parceria, contratos privados e estabelecer intercâmbios promovendo iniciativas conjuntas com outras instituições públicas e/ou privadas, nacionais e internacionais, assim como realizar execução direta de apresentações, projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio de recursos físicos, humanos e financeiros obtidos por qualquer meio, inclusive doações, patrocínios, taxas de administração, e/ou captação e cessões, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

O Instituto Odeon é qualificado como Organização Social (OS) e tornou-se em 2012 parceiro na gestão do Museu de Arte do Rio – MAR com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Com a assinatura do contrato de gestão, a experiência do Instituto Odeon no segmento cultural passa a ser utilizada no gerenciamento de um dos equipamentos mais importantes na revitalização da área portuária da cidade.

O contrato de gestão teve início em 27/04/2012 com término previsto para 26/04/2014, cujo valor totalizava R\$24 milhões. Foi aditado como segue:

- 1º Termo aditivo que teve como objeto principal a prorrogação de sua vigência, sendo renovado alterando o seu término para 27/04/2016;
- 2º Termo aditivo, assinado em janeiro de 2014, tratou de suplementação orçamentária de R\$ 4 milhões e também sobre o cronograma de desembolsos financeiros;
- 3º Termo aditivo, datado de 29/07/2015, reduziu a meta de visitação para 200.000 visitantes (anteriormente era de 260.000 visitantes);
- 4º Termo aditivo reduziu em 5% o valor a liquidar da parcela de 31/07/2015, no valor de R\$ 4.829.514 e modificou a redação dos indicadores 5.1 e 5.2; e
- 5º Termo aditivo, assinado em 4 de maio de 2016, que teve como objeto principal a prorrogação da vigência do contrato de gestão para 27/04/2017 e o aumento do valor do projeto em R\$14 milhões, passando para R\$ 41.7 milhões.

Não obstante, o Instituto busca a viabilização de seus projetos culturais por meio de Leis de incentivo à cultura, sendo a principal a Lei Federal 8.313/1991. Nesse sentido, a Entidade submete ao Ministério da Cultura anualmente o plano anual de atividade do MAR contemplando diversas atividades culturais (exposições, shows, programas editoriais e educativos, entre outros) que, ao serem aprovados, permite a busca por patrocínio incentivado junto à parceiros.

Além disso, o Instituto promove ações culturais junto aos diversos setores da sociedade, utilizando o teatro como ferramenta de inserção cultural e abordando temas que fazem emocionar e refletir. Assim, o Instituto reafirma suas bases conceituais e artísticas, que se expandem para todas as áreas da arte e da cultura. O horizonte é alcançar o desenvolvimento social por meio do fomento das potencialidades culturais e das singularidades de cada realidade, por isso, acredita-se na educação como o território que promove acesso e autonomia dos sujeitos, colaborando para que possam ser atuantes na comunidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que se traduzem nas normas que tratam dos aspectos contábeis específicos para entidades sem fins lucrativos, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (ITG 2002 R1), bem como nas normas internacionais de contabilidade aplicáveis às pequenas e médias empresas – PME's (NBC TG 1000 R1).

As principais políticas contábeis adotadas na preparação e na apresentação das Demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou estão descritas juntamente com as suas respectivas composições nas Notas explicativas constantes deste relatório. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios de 2015 e de 2014 e estão em linha com as determinações do OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Essas principais práticas contábeis de natureza geral, adotadas em 2015 e 2014, são as seguintes:

a) Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, tais como instrumentos financeiros, que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual o Instituto opera, utilizada na preparação das Demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas com valores expressos em Reais.

c) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias, principalmente com relação a i) provisões tributárias, trabalhistas e judiciais, ii) depreciações e iii) outras obrigações.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes podem divergir dessas estimativas.

d) Provisão para contingência e indenizações

Uma provisão é contabilizada quando o Instituto possui uma obrigação constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões, quando necessárias, são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

(e) Instrumentos financeiros

O Instituto valoriza os instrumentos financeiros (aplicações financeiras no Ativo) pelo seu valor de mercado em 31 de dezembro e está sendo demonstrado pelo custo de aquisição mais rendimentos auferidos e/ou mais os encargos incidentes até a data do balanço. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações financeiras representa o montante de caixa que receberia, conforme apropriado, se resgatasse estes valores na data do balanço.

f) Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

O Instituto não pratica transações com valores pré-fixados a prazo médio, bem como a longo prazo, em especial superiores a um ano. Assim, os saldos das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes. Por outro lado, os ativos estão ajustados ao custo mais rendimentos, que correspondem aos valores de realização se tivessem sido resgatados na data do balanço.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários à vista e o montante das aplicações financeiras. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, conforme aplicável, não excedendo ao valor de mercado. Incluem também aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias.

	R\$	
	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	118.827	139.604
Banco conta movimento	245.102	380.756
Aplicações financeiras	10.522.529	8.223.645
	10.886.458	8.744.005

As aplicações financeiras estão compostas por recursos próprios e recursos de projetos e podem ser assim sumariadas:

		R\$	
	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Recursos próprios		341.446	183.927
Contrato de Gestão	8	2.531.854	958.505
Plano Anual	8	7.637.300	7.081.213
ICMS	8	11.929	-
		10.522.529	8.223.645

4. IMOBILIZADO

O imobilizado do Instituto é composto por bens recebidos da Secretaria Municipal de Cultura ou da Fundação Roberto Marinho. Os bens próprios são irrelevantes. A posse e controle desses bens são do Instituto, mas a sua propriedade é da Prefeitura do Rio de Janeiro ou da Fundação Roberto Marinho. Este Imobilizado e outros bens que porventura venham ser adquiridos com recursos oriundos do Contrato Gestão, deverão ser automaticamente incorporados aos bens de propriedade do Município do Rio de Janeiro. O registro destes ativos foi feito em 2015 com efeito retroativo a 1o. de janeiro de 2014, e considerou a essência sobre a forma, nos termos da Resolução nº 1.374/11 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata da Estrutura conceitual da contabilidade.

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear, adotando-se a vida útil máxima estabelecida pela Receita Federal para aplicação das taxas anuais de depreciação permitidas para fins fiscais.

É intenção do Instituto efetuar um levantamento físico dos bens existentes, avaliar a vida útil e econômica remanescente desses bens para fins de ajuste em suas demonstrações financeiras, principalmente no tocante à depreciação e eventual *impairment*. Esses bens são essenciais ao funcionamento do Instituto, e representam o único ativo imobilizado da Entidade.

A movimentação do ativo imobilizado em 2014 e 2015 pode ser assim demonstrada:

						R\$
DESCRIÇÃO	31/12/2013	Aquisições	31/12/2014	Aquisições	31/12/2015	Taxas anuais efetivas de depreciação
Equipamentos	2.139.442	8.111	2.147.553	3.385	2.150.938	10%
Computadores e Periféricos	465.472	58.732	524.204	12.710	536.914	20%
Móveis e Utensílios	1.261.509	175.645	1.437.154	4.845	1.441.999	10%
Edificações	20.900.000	32.600.000	53.500.000	-	53.500.000	4%
	24.766.423	32.842.488	57.608.911	20.940	57.629.851	
DEPRECIÇÃO	31/12/2013	Depreciação	31/12/2014	Depreciação	31/12/2015	
Equipamentos	(330.122)	(214.262)	(544.384)	(215.065)	(759.449)	
Computadores e Periféricos	(96.140)	(97.700)	(193.840)	(104.403)	(298.243)	
Móveis e Utensílios	(112.434)	(139.409)	(251.843)	(140.453)	(392.296)	
Edificações	(1.393.333)	(2.031.333)	(3.424.667)	(2.140.000)	(5.564.667)	
	(1.932.029)	(2.482.704)	(4.414.734)	(2.599.921)	(7.014.655)	
Total do Imobilizado - Contrato Gestão	22.834.394	30.359.784	53.194.177	(2.578.981)	50.615.196	
DESCRIÇÃO	31/12/2013	Aquisições	31/12/2014	Aquisições	31/12/2015	Taxas anuais efetivas de depreciação
Computadores e Periféricos	4.956	-	4.956	-	4.956	20%
Móveis e Utensílios	14.598	-	14.598	-	14.598	10%
	19.554	-	19.554	-	19.554	
DEPRECIÇÃO	31/12/2013	Depreciação	31/12/2014	Depreciação	31/12/2015	
Computadores e Periféricos	(796)	-	(796)	-	(796)	
Móveis e Utensílios	(8.118)	-	(8.118)	-	(8.118)	
	(8.914)	-	(8.914)	-	(8.914)	
Total do Imobilizado - Próprio	10.640	-	10.640	-	10.640	
TOTAL IMOBILIZADO	22.845.034	30.359.784	53.204.817	(2.578.981)	50.625.836	

5. PROJETOS CULTURAIS

Existem dois projetos culturais que foram executados pelo Instituto Odeon em exercícios anteriores, e cujo fluxo de caixa é o seguinte:

DESCRIÇÃO	R\$					
	PROJETO FEDERAL		PROJETO ESTADUAL		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Recebimentos (Receitas)	(1.096.066)	(1.096.066)	(325.419)	(325.419)	(1.421.485)	(1.421.485)
Custos do projeto (Despesas)	1.096.066	1.096.066	325.419	325.419	1.421.485	1.421.485
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Tais contas referem-se a recursos captados em Projetos no âmbito federal e estadual, nos períodos de 2009 a 2012, em que o Odeon Companhia Teatral executou espetáculos como Saltimbancos - Minas, Programa Valores de Minas Edições 5º e 6º, entre outros. Estes projetos foram encerrados.

6. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Obrigações sociais e trabalhistas referem-se principalmente à folha de pagamento, seus encargos sociais (INSS, FGTS e etc.), férias e seus respectivos encargos, que podem ser assim demonstrados:

	R\$	
	31/12/2015	31/12/2014
Salários a pagar	303.779	29.475
Provisão para férias e encargos	625.756	486.298
Outras obrigações sociais	113.988	206.798
	1.043.523	722.571

Até 2014, O Instituto efetuava os pagamentos aos seus funcionários no próprio mês. Em 2015, essa política de pagamento foi alterada, passando os pagamentos a serem feitos no 5º dia útil do mês subsequente.

7. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Referem-se a impostos e contribuições a recolher e estão assim representadas:

	R\$	
	31/12/2015	31/12/2014
COFINS	363.212	221.288
ITCD - Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis	32.417	-
Outras obrigações	18	6.023
	395.647	227.311

COFINS: Refere-se ao valor do principal e correspondentes encargos incorridos até 31 de dezembro de 2015, calculado sobre as receitas operacionais relativas aos anos de 2013 a 2015.

ITCD - Imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação: Refere-se ao imposto relativo aos bens recebidos em doação de 2013 a 2015, acrescidos dos correspondentes encargos calculados até 31 de dezembro de 2015.

8. RECURSOS DE PARCERIAS E CONVÊNIOS

Referem-se aos saldos dos recursos recebidos e ainda não aplicados relativos aos Convênios firmados pelo Instituto. Caso venham a existir saldos remanescentes desses recursos, estes serão devolvidos no momento da prestação de contas.

Estão demonstrados pelo valor original dos recursos recebidos, acrescidos de rendimentos de aplicações financeiras e deduzidos dos valores já gastos.

O saldo a aplicar em 31 de dezembro de 2015 está representado por:

	R\$	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Plano Anual	7.646.355	6.632.044
Contrato de Gestão	(101.070)	636.023
ICMS	11.931	-
	<u>7.557.216</u>	<u>7.268.067</u>

Plano Anual

Trata-se de recursos da Lei Rouanet, cujo principal objetivo é o planejamento e desenvolvimento das atividades a serem realizadas no MAR - Museu de Arte do Rio em 2015. A partir das diretrizes curatoriais e de acordo com o conceito atual dos grandes museus que possuem espaços expositivos e didáticos integrados com as atividades que desenvolvem, foi elaborado um cronograma das exposições, atividades da Escola do Olhar, publicações e ações de conformação de acervo. O valor recebido pelo Instituto em 2015 foi de R\$ 7.809.000 (R\$ 6.800.000 em 2014).

Contrato de Gestão

É um contrato assinado com a Prefeitura do Rio de Janeiro, garantindo em termos administrativos e conceituais, as condições necessárias para o pleno desenvolvimento do programa do MAR – Museu de Arte do Rio. Esse modelo de gestão prima pela agilidade dos processos, transparência e eficiência, contribuindo para a sustentabilidade e longevidade das transformações culturais. O valor recebido pelo Instituto em 2015 foi de R\$14.996.910 (R\$ 12.523.448 em 2014); e

ICMS

Trata-se de um projeto Estadual referente ao “Projeto Seminários MAR na Academia” que buscou estimular a participação da universidade no projeto do MAR e alcançou este objetivo por meio de parcerias com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense, além de diversos convidados de outras instituições universitárias nacionais e estrangeiras. Este projeto contribuiu significativamente para o fortalecimento da Escola do Olhar e da Cidade do Rio de Janeiro como locais da reflexão teórica. Os temas apresentados nos seminários e cursos atraíram muitos interessados e foram capazes de gerar grande retorno de mídia, realizou sete atividades atingindo um público de 1.425 pessoas. O valor recebido pelo Instituto em 2015, ano em que iniciou o projeto, foi de R\$299.976.

A seguir está demonstrada a conciliação entre Ativos e Passivos dos recursos dos Projetos para o exercício de 2015 e 2014:

R\$							
	CONTRATO DE GESTÃO		PLANO ANUAL		ICMS - ESTADUAL	TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2015	2014
ATIVO							
Caixa	26.456	35.150	-	-	-	26.454	35.150
Banco	235.765	379.092	9.055	1.414	2	244.822	380.506
Aplicação	2.531.854	958.505	7.637.300	7.081.213	11.929	10.181.083	8.039.718
Adiantamento à fornecedores	2.635	79.839	-	-	-	2.635	79.839
Imobilizado	50.615.196	53.194.177	-	-	-	50.615.196	53.194.177
TOTAL	53.411.906	54.646.763	7.646.355	7.082.627	11.931	61.070.190	61.729.390
R\$							
	CONTRATO DE GESTÃO		PLANO ANUAL		ICMS - ESTADUAL	TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2015	2014
PASSIVO							
Fornecedores	433.861	16.582	-	-	-	433.861	16.582
Obrigações com pessoal	417.768	236.273	-	-	-	417.768	236.273
Obrigações sociais e tributos	18	227.311	-	-	-	18	227.311
Reembolso a pagar	2.972	1.172	-	-	-	2.972	1.172
Provisões	2.043.159	970.143	-	-	-	2.043.159	970.143
Recursos de projetos	(101.070)	636.023	7.646.355	6.632.044	11.931	7.557.216	7.268.067
Recursos de projetos - Imobilizado	50.615.196	53.194.177	-	-	-	50.615.196	53.194.177
Pendências a serem conciliadas	2	(634.918)	-	450.583	-	-	(184.335)
TOTAL	53.411.906	54.646.763	7.646.355	7.082.627	11.931	61.070.190	61.729.390

9. PROVISÕES PARA INDENIZAÇÕES E CONTINGÊNCIAS

R\$		
	31/12/2015	31/12/2014
Indenizações trabalhistas	1.021.775	483.845
	1.021.775	483.845

As provisões para indenizações e contingências podem ser assim demonstradas:

	R\$	
	31/12/2015	31/12/2014
Aviso prévio indenizado	427.093	229.710
INSS	114.461	64.103
FGTS e 50% rescisório	480.221	190.032
	1.021.775	483.845

O Instituto constituiu provisão para fazer face ao custo de indenização do pessoal alocado no projeto Museu de Arte do Rio (Contrato de Gestão N° 12120/2012), e que seriam devidos ao final do contrato, se ocorrer. Tais custos são cobertos por fontes de recursos provenientes do Contrato de Gestão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, que é o responsável pela manutenção de todo o pessoal do Instituto. Tais custos dizem respeito aos valores envolvidos com demissões caso o Instituto encerre o projeto MAR – Museu de Arte do Rio. O valor da indenização refere-se ao montante de 50% do valor dos depósitos para o Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS e outras verbas indenizáveis, caso estes funcionários venham a ser demitidos ao final do Projeto. O valor da provisão varia de acordo com as alterações que geralmente ocorrem na folha de pagamento (admissões e demissões, aumentos de salários etc.) .

10. PASSIVOS CONTINGENTES

O Instituto foi chamado à lide como réu em sete ações de natureza trabalhista, relativas a empregados de prestadores de serviços terceirizados. As perdas foram classificadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis (R\$235.000) e remotas (R\$60.236). Neste contexto, o Instituto não reconheceu tais valores como passivo nas Demonstrações financeiras por não atenderem aos critérios requeridos pela NBC T 19.7 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes aprovada pela Resolução CFC 1.180/2009. A Administração acredita que, em caso de eventual perda, se ocorrer, os valores que por ela vierem a ser pagos serão descontados nas faturas periódicas desses prestadores de serviços.

Adicionalmente, o Instituto remunera os seus diretores, o que poderia eventualmente ser considerado um empecilho para o gozo dos benefícios fiscais federais até a vigência da nova legislação em 14 de dezembro de 2015 (Lei federal no. 13.204). Os advogados externos do Instituto emitiram Parecer no sentido de que as perdas são possíveis, não sendo, portanto, necessário constituir provisão nas Demonstrações financeiras, nos termos da Resolução CFC 1.180/2009.

11. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos. É vedado ao Instituto distribuir o superávit apurado em cada exercício, quando ocorrer, devendo este ser totalmente destinado à aplicação de recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

12. AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR

O valor líquido dos ajustes, de R\$183.334, decorre de i) classificação contábil indevida nas contas de projetos culturais até 2014, e ii) ajustes para melhor adequação das obrigações contábeis do Contrato de Gestão, sendo R\$101.286 do Plano Anual – MINC e R\$82.048 e no Contrato de Gestão.

13. APURAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime contábil de competência de exercícios. As receitas de serviços são reconhecidas quando o valor da receita possa ser estimado com segurança, for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pelo Instituto e a proporção dos serviços executados possam ser confiavelmente mensurados.

Considerando o NBC TG 07 (R1), as receitas de repasses do Contrato de Gestão e de Incentivos Fiscais Estadual, Federal ou Municipal, são reconhecidas como receitas ao longo do período e confrontadas com as despesas correspondentes. Sendo assim, os recursos recebidos nesse sentido estão inicialmente no passivo circulante, sendo reconhecidos como receita em base sistemática em contraposição das despesas incorridas.

14. RECEITAS DE COORDENAÇÃO E CAPTAÇÃO DE PROJETOS

Referem-se à remuneração do Instituto sobre a prestação de serviços do Projeto Plano anual e ICMS. O Instituto é o responsável pela captação de recursos para seu próprio projeto e também pelo serviço de coordenação e geral. O valor da receita em 2015 foi de R\$258.999 e em 2014, de R\$2.865.

15. CUSTOS E DESPESAS DE PROJETOS COM RECURSOS CONTRATO DE GESTÃO

	R\$	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Despesas com Pessoal	9.034.839	6.781.384
Despesas administrativas	6.441.709	7.398.575
Serviços de terceiros	2.938.712	4.694.463
	<u>18.415.260</u>	<u>18.874.422</u>

	<u>31/12/2015</u>
Despesas com Pessoal	
Folha de pagamento e benefícios	6.898.070
Encargos	1.413.860
Provisões trabalhistas rescisórias	537.930
Outras despesas (pulverizadas)	184.979
	<u>9.034.839</u>
Despesas administrativas	
Segurança	2.325.303
Vigilância e segurança de bens e pessoas	476.017
Aluguel, telefone, água e energia	1.007.930
Serviços prestados - Pessoa Jurídica	449.792
Brigada de incêndio	438.935
Seguros	185.065
Exposição	149.860
Provisão da COFINS 2015	141.924
Depreciação	459.921
Outras despesas (pulverizadas)	806.962
	<u>6.441.709</u>
Serviços de terceiros	
Limpeza predial	654.361
Prestação serviços - PJ	571.985
Manutenção de ar condicionado	187.012
Programação cultural	166.893
Despesas com manutenção, conservação e limpeza	163.295
Atendimento médico	155.598
Manutenção de elevadores	130.070
Manutenção de sistemas	113.234
Outras despesas (pulverizadas)	796.264
	<u>2.938.712</u>
	<u><u>18.415.260</u></u>

Em 2015 a entidade promoveu mudanças significativas na sua gestão contábil e com isso a parametrização do sistema e de suas contas contábeis foram alteradas para melhor apresentação e adequação das práticas contábeis adotadas no Brasil. Devido a este fato, não foi possível apresentar os saldos de 2014 para comparar os saldos das contas de 2015.

16. CUSTOS E DESPESAS DE PROJETOS COM RECURSOS DO PLANO ANUAL

	R\$	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Despesas administrativas	5.305.455	3.523.443
Serviços de terceiros	2.050.436	2.012.925
	<u>7.355.891</u>	<u>5.536.368</u>

O aumento das despesas administrativas decorreu substancialmente ao valor das contas de energia elétrica que, até 2014, eram pagas por fontes do contrato de gestão.

31/12/2015

Despesas administrativas

Energia elétrica	1.196.044
Transporte de material	605.415
Seguro	488.440
Cenários	438.553
Folder	242.729
Locação de equipamentos	184.950
Materiais e equipamentos para montagem	179.936
Projeto museológico	178.710
Registro e documentação fotográfica	149.975
Remuneração para captação	124.379
Gestão financeira	115.000
Projeto comunicação visual	111.535
Outras despesas (pulverizadas)	1.289.788
	5.305.454

Serviços de terceiros

Curadoria	182.000
Grupo teatral	147.550
Pesquisa	123.515
Restauração e conservação	120.980
Coordenação geral	120.000
Coordenação de produção	120.000
Produtor	135.200
Outras despesas (pulverizadas)	1.101.192
	2.050.437

7.355.891

17. CUSTOS E DESPESAS DE PROJETOS COM RECURSOS ICMS

Conforme Nota explicativa nº 8, as despesas realizadas em 2015, de R\$289.485, decorreram dos gastos com serviços de terceiros contratados para as ações relacionadas ao Programa MAR na Academia. Foram 12 ações entre seminários internacionais e cursos de curta e média duração, que atenderam aproximadamente 1.800 pessoas.

18. GRATUIDADES

O item 19 da norma contábil ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, requer que o trabalho voluntário das entidades sem fins lucrativos seja reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, de forma a poder demonstrar o valor das operações da Entidade como um todo.

O Instituto permitiu que, a título de gratuidades, não fossem cobradas as visitas para todas as pessoas nos dias de terças-feiras, e em qualquer dia da semana para os alunos do ensino fundamental e médio, crianças com até cinco anos de idade, pessoas maiores de sessenta anos, moradores vizinhos do museu, professores da rede pública

de ensino, guias turísticos, funcionários do museu e grupos em visita de vulnerabilidade social em visita educativa. Essas visitas totalizaram 178.861, e foram registradas considerando o valor do ingresso de R\$8,00 (em 2014 as visitas totalizaram 110.412 – R\$ 8,00).

19. REAPRESENTAÇÃO DOS VALORES RELATIVOS AO ANO DE 2014

Em 2015, o Instituto passou a adotar as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros e, na sua ausência, as práticas internacionais aplicáveis às pequenas e médias empresas. Assim sendo, as Demonstrações financeiras de 2015 foram ajustadas para reconhecer essas práticas contábeis. Adicionalmente, para fins de comparabilidade, as Demonstrações financeiras de 2014 foram objeto de diversos ajustes e estão sendo reapresentadas como se dessa forma tivessem sido apresentadas em 2014.

Um resumo dos principais ajustes é o seguinte:

Descrição	ATIVO				PASSIVO							
	Caixa e Equivalentes de caixa	Outros ativos circulantes	Imobilizado	Projetos culturais	Fornecedores	Obrigações sociais e trabalhistas	Obrigações tributárias	Recursos de parcerias e convênios	Outros passivos circulantes	Exigível LP	Patrimônio Líquido	Resultado
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.744.005	79.839	10.640	51.633	(16.582)	(722.571)	(6.023)	(8.024.833)	(1.032)	-	(160.169)	45.093
(+) ajustes das DF's a serem considerados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 Reconhecimento do Imobilizado - Contrato de gestão	-	-	57.608.911	-	-	-	-	-	-	(57.608.911)	-	-
2 Baixa de depreciação dos bens patrimoniais item 1	-	-	(4.414.734)	-	-	-	-	-	-	4.414.734	-	-
3 Ajuste contábil nos projetos culturais (Conciliação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 Reconhecimento da COFINS sobre receita própria	-	-	-	-	-	-	(221.288)	-	-	-	-	-
5 Baixa de obrigação com convênio conforme item 3	-	-	-	-	-	-	-	221.288	-	-	-	-
6 Reconhecimento para as indenizações rescisórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(483.845)	-	-
7 Baixa de obrigação com convênio conforme item 3	-	-	-	-	-	-	-	483.845	-	-	-	-
8 Baixa no ativo saldo de Projeto Culturais	-	-	-	(51.633)	-	-	-	-	-	-	-	-
9 Baixa no ativo saldo de Projeto Culturais conforme item 7	-	-	-	-	-	-	-	51.633	-	-	-	-
10 Outros ajustes	-	-	-	-	-	-	-	-	(140)	-	140	-
(=) Saldos finais ajustados	8.744.005	79.839	53.204.817	-	(16.582)	(722.571)	(227.311)	(7.268.067)	(1.172)	(53.678.022)	(160.029)	45.093

20. ISENÇÃO FISCAL

A isenção fiscal é regulamentada por lei e é concedida às Entidades que cumpram os requisitos nela mencionados. O valor do imposto de renda e contribuição social calculada sobre a receita foi de R\$122.262 em 2015 e de R\$ 224.916 em 2014.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros do Instituto estão restritos aos valores das Aplicações financeiras, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado de acordo com o regime de competência

22. GESTÃO DE RISCO

a) Risco de patrimônio

Os objetivos do Instituto, ao administrar o seu patrimônio, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno à sociedade, no contexto do seu estatuto.

Os bens do ativo imobilizado, necessários à realização das atividades do Instituto, pertencem à Prefeitura do Rio de Janeiro e à Fundação Roberto Marinho, que estão cedidos ao Instituto à título de comodato. Caso o Instituto deixe de exercer a sua atividade, estes bens, inclusive os da Fundação Roberto Marinho, serão devolvidos à Prefeitura do Rio de Janeiro.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade do Instituto liquidar as obrigações assumidas. O capital de giro de curto prazo em 31 de dezembro de 2015 é praticamente superior ao quociente 1 (um) o que significa que os recursos de curto prazo são suficientes para pagar os passivos de curto prazo, principalmente considerando que os recursos em Caixa e Equivalentes de caixa referem-se aos Projetos e são destinados a pagar a quase totalidade dos passivos que são a eles vinculados.

c) Risco de continuidade

Esse risco decorre de a possibilidade do Instituto não continuar a operar, caso não renove o Contrato de Gestão - MAR com a Prefeitura do Rio de Janeiro, o que inviabilizaria também a continuidade de outros Projetos relacionados diretamente com o MAR.

23. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2015 é assim demonstrada:

						R\$
Seguradora	Nº apólice	Bem Segurado	Início da vigência	Final da vigência	Valor em Risco	Valor coberto
Liberty Seguros	10.93.001.013	Responsabilidade civil dos administradores e diretores	15/12/2014	15/12/2015	-	-
Liberty Seguros	10..93.001.302	Responsabilidade civil dos administradores e diretores	16/12/2015	16/12/2016	-	-
AIG Seguros Brasil S/A	35.100.266	Responsabilidade civil geral	22/02/2015	22/02/2016	8.000.000	5.000.000
AIG Seguros Brasil S/A	196.000.075	Edifícios	22/02/2015	22/02/2016	53.500	63.185.200
		Máquinas, Móveis e Utensílios			3.947.700	
		Danos materiais			57.447.700	
		Lucros cessantes			22.950.000	
Icatu Seguros	93.701.150	Seguro de vida em grupo	01/09/2015	31/08/2016	-	-
Icatu Seguros	93.701.150	Seguro de vida em grupo	01/09/2014	31/08/2015	-	-
TOTAL					92.398.900	68.185.200

A Administração do Instituto entende que o valor da cobertura existente é suficiente para cobrir eventuais perdas com sinistros, caso venham a ocorrer

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2016.
(exceto quanto à informação contida no
parágrafo 1º, do tópico abaixo de
"Outros assuntos", que data de 4 de maio de 2016)

Aos administradores do
Intituto Odeon
Rio de janeiro – RJ

Introdução

Examinamos as Demonstrações financeiras do Instituto Odeon ("Instituto" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas Demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração do Instituto sobre as Demonstrações financeiras

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1), complementadas pela norma contábil aplicável às Pequenas e médias empresas – PME's (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma Opinião sobre essas Demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma Opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião com ressalvas.

Bases para Opinião com ressalvas

- 1) Conforme descrito na Nota explicativa nº. 4, em 2015 o Instituto Odeon fez o registro com efeito retroativo a 1º. de janeiro de 2014 dos bens do ativo imobilizado por ele utilizados e cedidos pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e pela Fundação Roberto Marinho. Esses bens foram registrados baseando-se em uma listagem dos bens fornecida pelos seus proprietários, inclusive no tocante aos seus valores, sem considerar o valor de mercado naquela época e a necessidade de eventual *impairment*, exceto no caso de Edificações, no valor residual de R\$50,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 (31 de dezembro de 2015 – R\$47,9 milhões), cujo valor foi baseado em avaliação do Departamento de Patrimônio da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Esses bens estão sendo depreciados em conformidade com as taxas máximas permitidas pelas autoridades fiscais, sem levar em consideração a vida útil dos mesmos. Consequentemente, não foi possível determinar eventuais ajustes no valor de mercado dos bens registrados na época da adoção ou por ocasião da adoção dessas normas internacionais de contabilidade, exceto edificações, e também no ajuste no valor da depreciação se tivessem sido consideradas as taxas de depreciação calculadas em conformidade com a vida útil e econômica dos bens.
- 2) Em 2015 o Instituto editou livros para difusão cultural, bem como recebeu doações de outros livros. Esses estoques foram vendidos ou doados durante 2015. Estes livros editados e recebidos em doação, e as vendas e doações não foram registrados nas Demonstrações financeiras de 2015, pela inexistência de controles internos suficientes para esse fim. Dessa forma, não foi determinado o valor que deveria estar em estoque desses livros e as correspondentes receitas e despesas correspondentes a essa atividade, inclusive de doações recebidas e feitas.
- 3) Embora requerido pelas normas de contabilidade aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, o Instituto não apresentou os valores relativos aos Custos e despesas detalhados dos projetos com recursos do contrato de gestão (Nota explicativa nº. 15), bem como com recursos do Plano anual (Nota explicativa nº. 16), além da movimen-

tação dos recursos de parceiras e convênios (Nota explicativa nº. 8). Adicionalmente, conforme descrito na Nota explicativa nº. 12, o Instituto contabilizou em 2015 um valor líquido de ajustes de exercícios anteriores, de R\$183.334, decorrentes de i) classificação contábil indevida nas contas de projetos culturais até 2014, e ii) ajustes para melhor adequação das obrigações contábeis do Contrato de Gestão, não tendo sido possível auditar esses valores por falta de informações disponíveis.

Opinião com ressalvas

Em nossa Opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados nos tópicos de "Bases para Opinião com ressalvas", as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Odeon em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e internacionalmente.

Ênfases

- 1) Embora não tenha sido objeto de ressalva em nossa Opinião, é importante mencionar que a atividade do Instituto está diretamente ligada aos Projetos firmados com terceiros para atingir seus objetivos e se manter em pleno funcionamento operacional. A entidade vem apresentando os seus registros contábeis com base em princípios contábeis aplicáveis às entidades operando em regime normal. Conforme descrito na Nota explicativa nº. 1, o principal contrato do Instituto vencerá em 27 de abril de 2017.
- 2) Conforme descrito na Nota explicativa nº. 10, o Instituto remunera os seus diretores, o que poderia eventualmente ser considerado um empecilho para o gozo dos benefícios fiscais federais até a vigência da nova legislação em 14 de dezembro de 2015 (Lei federal no. 13.204). Os advogados externos do Instituto emitiram Parecer no sentido de que as perdas são possíveis, não sendo, portanto, necessário constituir provisão nas Demonstrações financeiras, nos termos da Resolução CFC 1.180/2009, em conformidade com os princípios de contabilidade adotados pela Entidade.

Outros assuntos

- 1) Em 19 de abril de 2016, emitimos relatório sobre as Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 do Instituto, que indicavam na Nota explicativa nº. 1 que o contrato de gestão venceria em 27 de abril de 2016. Posteriormente, em 4 de maio de 2016, o contrato de gestão foi prorrogado para 27 de abril de 2017 e o valor do projeto foi aumentado por R\$14 milhões, passando para R\$41,7 milhões, conforme descrito na mesma nota explicativa.

- 2) O Balanço patrimonial do Instituto Odeon inclui, no passivo longo prazo, o valor de R\$1.021.775 relativo à provisão para indenização trabalhista consistente em 50% do valor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e outras verbas indenizatórias que seriam devidas caso o Instituto terminasse as suas atividades por ocasião do encerramento do Projeto e tivesse que indenizar todos os funcionários então existentes.
- 3) Nossa auditoria foi conduzida para emitir uma Opinião sobre as Demonstrações financeiras do Instituto. O nosso trabalho não alcançou efetuar uma auditoria com vistas a verificar a adequação dos gastos dos contratos de projetos firmados com terceiros, considerados individualmente.
- 4) As Demonstrações financeiras originais (Nota explicativa nº 19) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 31 de julho de 2015 sem ressalvas ou parágrafo de ênfase.


nexia teixeira auditores
CRC MG 5.194



Domingos Xavier Teixeira
Sócio e Diretor Executivo
Contador
CRC MG-14.105-0/5